

A disciplina Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (1939-1953) e a construção da ideologia nacional

Bruna Torres Batista*; Doralice Barros Pereira**;
Rogata Soares Del Gaudio***

Cada povo tem realmente um aspecto que o caracteriza como nação ou estado.

Tabajara Pedroso (1954:146)

Resumo:

No Brasil, a criação das Faculdades de Filosofia durante a primeira metade do século XX marcou um novo momento de atuação institucional para a Geografia do país: o da Universidade e do Ensino Superior. A promoção da ciência e a formação qualificada de professores não as isentam de um saber desinteressado, mas vincula-se à construção da ideologia nacional. Essa característica foi observada na análise de documentos afeitos à disciplina Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Sua estrutura e conteúdos elegeam elementos do território nacional para a construção de discursos focados na modernização do Estado brasileiro, portanto possuem articulações com ideologias.

Palavras-chave: Geografia do Brasil; ideologia nacional; Faculdade de Filosofia de Minas Gerais; território.

* Mestranda da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, Brasil. Autora de A criação do curso de Geografia na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais no IV Encontro Nacional de HPG e II Encontro Nacional de Geografia Histórica, 2017. End. eletrônico: bruna.torres.b@gmail.com

** Doutora em Geografia; professora Associada IV da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, Brasil. Autora, dentre outros, de *La participation publique dans les unités de conservation au Brésil*: Serra do Cipó. Pereira (2010). End. eletrônico: pereiradb@yahoo.com.br

*** Doutora em Educação; professora Associada II da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, Brasil. Organizadora de *Geografias e ideologias – submeter e qualificar*. Belo Horizonte: ed. da UFMG (2014). End. eletrônico: rogatasoares@gmail.com

The Discipline of Geography of Brazil in the College of Philosophy of Minas Gerais (1939-1953) and the Construction of National Ideology

Abstract:

In Brazil the creation of Colleges of Philosophy during the first half of the 20th century marked a new moment in the institutional action of the discipline of geography, one that involved the universities and secondary schools. The promotion of science and the training of teachers does not exempt these activities from disinterested knowledge, but rather connects them to the construction of national ideology. That characteristic was observed in the analysis of documents related to the discipline of Geography of Brazil at the College of Philosophy of Minas Gerais. Its structure and content select elements of the national territory to construct a discourse forced on the modernization of the Brazilian state. Consequently, they are connected to ideology.

Keywords: Geography of Brazil; national ideology; College of Philosophy of Minas Gerais; territory.

Essas reflexões têm a intenção de discutir a relação entre uma disciplina acadêmica, a Geografia do Brasil/GB, - que integra o currículo do curso de Geografia da UFMG desde a sua fundação (1939) - e a construção da ideologia nacional. Não pretendemos desenvolver um estudo horizontal da presença de GB no currículo. Focaremos nosso olhar na construção dessa disciplina acadêmica de 1939 a 1953, em Belo Horizonte. Cotejaremos os discursos nela proferidos com concepções de Brasil em suas articulações/acomodações/permanências - ou melhor, de certas imagens do Brasil conectas à ideologia nacional -, presentes no ementário e nos programas elaborados pelo docente dessa disciplina à época, e disponibilizados no Anuário da FFMG (1939-1953).

Para demarcarmos o debate, entendemos que as disciplinas acadêmicas constituem o currículo de formação inicial (graduação), geralmente ancoradas em pesquisas, bibliografias e discursos científicos. E referindo-nos a Bourdieu (1983), compreendemos que a constituição do campo científico é feita por sujeitos sociais, que se apoiam diretamente na construção desse campo em valores, disputas políticas, sistemas de afirmações e silêncios, silenciamentos, etc.

O funcionamento do campo científico “produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como “desinteressadas” senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos)” (Bourdieu, 1976: 1; 2). Assim, os saberes científicos

se alimentam dos problemas aos quais a ciência deve oferecer alguma resposta (...). As elaborações científicas se apresentam através de uma grande diversidade de documentos, considerando suas finalidades, regras, condições de produção e destinatários (Lestegás, 2002: 173-174).

Tais saberes inscritos em campos de força, simultaneamente favorecem elaborações para além da própria ciência, em nosso caso, reverberando e sendo reinventados pelos saberes escolares, no “patriotismo”, por exemplo.

Para a compreensão da ideologia nacional, a referência é Almeida (2006: 69), para quem ela corresponderia a “uma dimensão estrutural do modo de produção capitalista e (...) reporta-se a uma comunidade de cidadãos livres e iguais, comunidade fortemente vinculada a um território e cuja soberania se expressa no “seu” Estado”. Portanto, a ideologia nacional está fortemente assentada, no Brasil, em “mitos fundadores” (Chauí, 2000) construídos em torno do território (Chauí, 2000; Oliveira, 2000; Moraes, 2001; 2002; Carvalho, 2003, 2005a, 2005b; Castro, 2006; Del Gaudio, 2006; Del Gaudio, 2007; Carvalho, 2012).

Nos questionamos: em que medida poderemos falar que uma disciplina acadêmica não possua relação com ideologias? As ideologias, mais que verdades acima, abaixo ou “pairando no ar”, constituem os sujeitos, ou seja, integram suas “visões sociais de mundo” (Löwy, 2002). Elas equivalem aos modos como os diferentes sujeitos se colocam no mundo e o compreendem/concebem em graus diversos. Portanto, são entendidas como “processos sociais e não, como ideias possuídas” (Therborn, 1991). Desse modo, a construção das disciplinas acadêmicas se agrega aos processos sociais, temporais e territoriais em curso em determinada formação social.

Qual é a natureza e potência dessa relação e em que se constituiria? A partir destes questionamentos começamos a refletir a respeito da produção do conhecimento geográfico em nossa sociedade, mais especificamente, no começo da institucionalização desse curso superior em Belo Horizonte. Circunscrevendo tanto este conhecimento, quanto a sua produção no espaço institucional acadêmico, nosso objetivo visa conhecer melhor o que foi a disciplina Geografia do Brasil existente na Faculdade de Filosofia de Minas (FFMG), e identificar que discursos ela produzia sobre este “país” - termo que compreendemos como simultaneamente “semióforo” (Chauí, 2000) e polissêmico (Del Gaudio e Pereira, 2013).

Este estudo emerge quando, dispondo do currículo do curso de Geografia e História da FFMG – que inicialmente compunham um único curso -, percebemos a ausência de disciplinas na Geografia que abordassem outros lugares do mundo diretamente em seus programas. Uma ausência importante se considerarmos que, após a crise de 1929, a grande depressão, com a quebra da bolsa de valores de Nova York, incidirá no plano de recuperação, *New Deal*, nos EUA. Tais processos já então globais evidenciaram não apenas uma crescente dominância dos EUA no contexto mundial, mas tiveram reflexos importantíssimos no Brasil. A partir da crise de 1929, a instauração de uma política desenvolvimentista por parte do

Estado brasileiro, com investimentos crescentes na industrialização, aumentou exponencialmente a urbanização e os investimentos na construção de um projeto vinculado à edificação de uma educação superior nacional. Esse projeto desenvolvimentista contribuiu para a criação da USP (1934), da Universidade do Brasil, UFRJ (07 de setembro de 1920; reorganizada em 1937, passou a ser chamada de Universidade do Brasil até 1965 e, posteriormente UFRJ) e – caso que nos interessa mais de perto – da UFMG (1939).

Parece algo “natural” que hoje compreendamos que a Geografia estude o Brasil. Porém, no que concerne à sociedade e a construção do conhecimento, nada pode ser tido como dado e óbvio. A construção do saber é um processo social e histórico, mutável conforme a época, a sociedade e os lugares institucionais onde este esteja inserido.

O estudo do Brasil detém inúmeras justificativas: o processo de institucionalização do curso de Geografia e, com isso, a elaboração de um discurso geográfico acadêmico sobre o Brasil ocorreram num contexto em que, aqui, fervilhavam transformações sociais. Durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, na passagem do regime imperial para o regime republicano, diversos acontecimentos mudaram a dinâmica social brasileira, a reestruturando: a abolição da escravatura; a vinda em massa de imigrantes; a presença da mão de obra livre. Tudo isso associado aos primeiros passos da industrialização nacional e da crescente urbanização das capitais revelava uma conjuntura social que se complexificava. Culturalmente formava-se uma categoria de intelectuais entusiasmados em delinear os contornos da modernidade cultural do país, dos rumos da nação, da educação, assim como dos seus próprios negócios (Romanelli, 1978; Silva, 2012).

Estabelecer a relação da disciplina Geografia do Brasil com ideologias já começa na própria história de sua constituição e na intencionalidade da criação do curso de geografia. A história da disciplina Geografia do Brasil teve/tem intensas relações com a política, em sentido amplo, e assim procede a discussão das ideologias. Portanto, nossas reflexões se propõem a saber como elas operaram e identificar exemplos presentes na disciplina na FFMG, que muitas vezes almeja dar a conhecer aos outros, os discentes, a sua “terra natal”.

Para responder à provocação anterior trabalharemos o currículo registrado no Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (1939-1953) e alguns textos produzidos pelo professor catedrático desta disciplina, Tabajara Pedroso. Conhecendo as limitações de nossas fontes e sem querer restringir a construção de uma disciplina a elas, ressaltamos a pertinência de suas informações acerca do que seria desejável para a instrução e formação geográfica sobre o Brasil no curso de Geografia da FFMG.

Visões acerca do Brasil na formação da Geografia escolar e acadêmica

Ao nos perguntarmos por que foi concebida a disciplina Geografia do Brasil no currículo das Faculdades de Filosofia, na década de 1930, começamos a delinear uma resposta. Essa se volta para a história da Geografia no Brasil, atentando especificamente para o contexto, quando emerge uma disciplina denominada propriamente como “Geografia do Brasil”.

A Geografia passou a estudar o Brasil somente quando os sentidos do seu ensino, e os propósitos de seus conteúdos começaram a mudar em função da necessidade de reconfigurar e articular a constituição territorial do país. Somente a partir do Império, quando a ideia de nação passou a ser gestada, a qualidade de um ensino voltado para o (re)conhecimento e a delimitação territorial pôde ser configurada. Antes disso, no período colonial, o saber geográfico estava ancorado na tradição eclesiástica, sem haver, portanto, a necessidade de uma instrução territorial. Assim, desde o século XIX, tanto a Geografia como a História tinham sido compreendidas como disciplinas essenciais para a formação dos sujeitos nacionais (Silva, 2012).

No Brasil, a criação, por parte dos geógrafos, de um discurso voltado à construção de uma “identidade nacional” só se tornou possível a partir do momento em que o território começou a carregar a condição da nacionalidade (Silva, 2012). O território, como condição primordial para a formação dos Estados-Nações modernos, tornou-se a base para a construção das identidades nacionais de países latino-americanos como o Brasil (Vlach, 2014, Oliveira 2008, Moraes, 2001). Ele era a base perfeita para abrigar os elementos a serem exaltados nos movimentos ufanistas, sem necessariamente negar o colonialismo.

Durante o século XIX, a Geografia se institucionaliza como saber escolar e passa a integrar o currículo do ensino secundário do Colégio Pedro II, criado em 1837. Nas variadas versões curriculares do Colégio, o ensino de Geografia estava reunido sempre ao de História, com um caráter fortemente descritivo (Silva, 2015). Não houve, contudo, a formação de uma disciplina ou de discursos em torno da “Geografia do Brasil” propriamente dita. Estudar o Brasil decorria do “espírito de ciência” e da Geografia da época e, portanto, mais ligado aos saberes da Corografia e Cosmografia do Brasil, de uma Geografia Antiga, Geral, Descritiva e Matemática (Silva, 2012).

A “Geografia do Brasil” como disciplina emerge apenas em 1911, com a reforma curricular conhecida como Rivadávia Corrêa. Nela uma preocupação em modernizar o ensino de Geografia visava a superar seu caráter informativo e descritivo, a fim de alcançar as pretensões da formação cultural e nacional naquele momento (Silva, 2012).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, o ensino de Geografia continuou a ser compreendido como “núcleo divulgador da ideia da identidade pelo espaço” (Moraes, 1991: 166). O governo varguista empreendeu esforços significativos para reorganizar as bases institucionais do país e edificar os alicerces da nacionalidade e da cultura brasileiras. À Geografia foi conferido um caráter estratégico como disciplina escolar devido à necessidade da difusão da ideologia do “nacionalismo patriótico” (Chauí, 1984; Vlach, 1988), e tal razão repercutiu no seu maior prestígio conferido em toda a sua trajetória curricular (Rocha, 1996). Este prestígio é sensível na reforma realizada por Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, em 1931. A Geografia, presente em todas as séries do ensino fundamental e secundário, deveria também se alinhar às orientações mais modernas para seus temas e conteúdos. A atualização teórico-metodológica marcou-se com os estudos regionais e organizou a Cosmografia, Geografia Física, Geografia Política que co-habitava com a Geografia Humana e a Geografia do Brasil (Silva, 2012).

Estas características de “orientação moderna” no ensino escolar são também sentidas na formação curricular da Geografia que se institucionalizou como curso superior ainda na década de 1930. No currículo dos cursos de Geografia e História instituídos pelo Decreto-Lei 1.190, em 1939, que padronizou e organizou as Faculdades de Filosofia em todo o país, houve, no tocante a Geografia, a primazia das seguintes disciplinas: Geografia Física, Geografia Humana e Geografia do Brasil. Portanto, a disciplina Geografia do Brasil é criada e institucionalizada em par com as reformas da educação nacional em geral, e mais precisamente, do ensino superior. Em relação à Geografia do Brasil que se institucionaliza na FFMG, observamos uma grande perenidade temporal, a despeito das contínuas reformas curriculares. Essa disciplina, criada na FFMG a partir de 1939, permanece até hoje no currículo do curso de Geografia desta universidade¹.

Assim, a Geografia do Brasil se consolida enquanto saber geográfico no governo Vargas, com a Reforma Francisco Campos e sua presença no currículo do ensino superior. Sua existência não é senão devida à intencionalidade da formação pretendida: construir o país e seus cidadãos mobilizando um discurso assentado no território nacional (e todos os elementos positivados nele, como a natureza, a imensidão territorial, o celeiro agrícola, a sempre eterna promessa de “país do futuro”).

¹ Não objetivamos analisar todas as reformas curriculares ocorridas nesse curso, tampouco as mudanças internas (ementas e programas) dessa disciplina nesse artigo. De 1939 até a última reforma curricular em 2011, ela integrou a grade do referido curso. Na reforma de 2011, foi desdobrada em duas: Geografia Humana do Brasil e Geodinâmica ambiental do território brasileiro.

A disciplina Geografia do Brasil na FFMG (1939-1953)

O curso de Geografia e História da FFMG foi instituído e teve como primeira proposta de orientação curricular as reformas inscritas no Decreto-Lei 1.190, ou seja, possuía três anos de duração, com disciplinas voltadas a ambas as ciências; e um ano orientado para a formação didática. Quanto à formação em Geografia, nos dois primeiros anos havia Geografia Física e Humana e, no terceiro, a Geografia do Brasil. Após instrumentalizar os alunos acerca das “duas grandes áreas” da Geografia, essa formação encerrava-se com o estudo da disciplina Geografia do Brasil. Esta congregava em seus conteúdos os elementos “físicos” e “humanos” do país por meio do “método regional”.

A abordagem teórica e metodológica da disciplina era vinculada a uma Geografia desenvolvida, sobretudo, por geógrafos franceses. Tabajara Pedroso, professor catedrático de Geografia do Brasil, atribuiu à Vidal de La Blache o mérito da concepção do “método regional”. Mesmo que inúmeros geógrafos tenham desenvolvido a geografia na França, para Pedroso (1966), La Blache teria sido o responsável pela existência de uma “escola francesa de geografia”. No método “desenvolvido pelo geógrafo francês”, os fatores geográficos naturais e sociais atuavam de modo

global, tal como a paisagem natural “envolvendo os fatores (sic) físicos e em uma só unidade: a região natural. É sintético-analítico. Inicialmente a síntese pela definição da região natural tomada em seus caracteres básicos. Depois, a análise comparativa. Em tudo, a Geografia Física e a Geografia Humana não se separam (Pedroso, 1966: 476).

Nesta perspectiva, Tabajara Pedroso organizava sua disciplina, pensava e ordenava geograficamente o Brasil, em quatro unidades. Iniciava com estudos afeitos a Belo Horizonte, seguidos pela unidade “Geografia Regional do Brasil Leste” - região onde Minas Gerais se encontrava. A terceira unidade evocava os “Estudos Regionais” e a última, a “Geografia Geral do Brasil”. Todas elas traziam estudos acerca da geomorfologia, hidrografia, clima, solo, vegetação, recursos naturais e possibilidades econômicas, energias, transportes e dados das populações (Anuário, 1939-1953).

Tal organização dos conteúdos e temas da disciplina ancorada no método regional, para Pedroso (1950), superava a produção de uma Geografia como “velha catalogação dos acidentes geográficos”, posto que alinhava-se à “orientação moderna” desse/nesse saber, apresentando a “ciência geográfica, base e campo das principais atividades humanas”:

o terreno, o relevo, o regime hidrográfico, o material mineralógico, plantas e animais, as condições climáticas, as estatísticas e as possibilidades econômicas são

elementos que se dedicam a estudos superiores, mas precipuamente aos homens de governo e aos orientadores da agricultura e das grandes indústrias (Pedroso, 1950: 133 sic).

Nesse sentido, a construção da disciplina e do que seria o Brasil e suas regiões passavam por uma orientação que demarcava a importância e utilidade do saber geográfico. O que transparecia nos conteúdos da Geografia do Brasil dispostos no programa de Pedroso, presentes no referido Anuário (1939-1953), correspondia à ideia de que estes elementos ordenavam a “realidade geográfica”, associando-a as atividades humanas, fossem elas institucionais ou relacionadas ao cotidiano. Para Pedroso (1950), esses elementos conferiam prioridade temática à disposição dos conteúdos da disciplina, indo da escala local (Belo Horizonte e sua potencialidade econômica) até a nacional (a organização nacional e as relações entre as diversas regiões brasileiras).

Os temas elencados como fundamentais para a disciplina Geografia do Brasil, no período analisado, e as especificidades de cada unidade possibilitam compreender melhor a construção de um discurso geográfico sobre o Brasil, pautado no interno, omitindo as relações/movimentos do Brasil no/para o exterior ou do exterior no/para o Brasil. Essas ausências criam lacunas que favorecem o reconhecimento das ideologias inscritas na produção e entendimento do território brasileiro.

O conceito de ideologia baseado em Therborn (1991) detém um sentido mais amplo: a ideologia é um aspecto da condição humana no qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes, em um mundo que cada um deles compreende de distintas formas: “a ideologia é o meio através do qual se operam essa consciência e essa significatividade” (Therborn, 1991: 2; tradução das autoras). Assim, podemos dizer que a ideologia é constitutiva da consciência dos sujeitos e opera em torno da significação do mundo, no qual estes sujeitos fazem parte, orientados não só pela forma de percebê-lo como também pela forma de nele agir, uma vez que as ideologias se constituem também como práticas (Therborn, 1991).

A presença de “ideologias geográficas” (Moraes, 2002) pode ser apreciada na forma como se apresentava a divisão regional no seu curso. Os elementos eleitos para realçar o que é específico para cada região partem de aspectos que constituem a valorização do espaço, sobretudo, o potencial econômico das regiões. É uma geografia orientada para se alcançar um crescimento “harmônico” do país, por meio da articulação interna dessas, no território (algo extremamente ingênuo face às determinações/contradições próprias das relações do modo de produção capitalista). Ademais, ao buscar “os recursos naturais e as potencia-

lidades econômicas” de regiões, cria-se uma hierarquia entre a região *core* e sua *hinterlândia*² arranjada pelas demais regiões, que a complementam em recursos naturais, mão-de-obra, produção, circulação, consumo e reservas futuras. Interessava, então, muito mais deter as relações entre as regiões, do que a situação de cada uma delas, dadas as suas singularidades, reafirmando suas dependências.

De que maneira a Geografia do Brasil interpelava os sujeitos naquele período? Ela o fazia, sobretudo, *em relação ao que existia*. Ao trazer o território, ao desenhá-lo por meio de “regiões naturais”, ao pontuar a economia de cada região, de seu relevo, da etnia, ela elegia o que nos assinalava como nação. O que existe em nossa geografia nos constitui como sujeitos de um mesmo, “único e indiviso” estado nacional. Mais, ela nomeia o que este Estado-Nação era e deveria ser, assim como o que era e deveria ser o seu território, contribuindo para conclamar

O que existe, e seu corolário, o que não existe, quer dizer, quem somos, o que é o mundo e como são a natureza, a sociedade, os homens e as mulheres. Adquirimos desse modo, um sentido de identidade e nos fazemos conscientes do que é verdadeiro e certo. Com isso, a visibilidade do mundo se apresenta estruturada mediante a distribuição de luzes, sombras e obscuridades. (Therborn, 1991: 16; tradução das autoras).

Nos documentos analisados a respeito dos primórdios dessa disciplina na FFMG, há ênfase na pujança econômica intimamente atrelada às potencialidades econômicas de cada região (Anuário, 1939-1954). Assim, São Paulo é inscrito como o carro chefe da alavancada para o progresso nacional, o que, por sua vez, reforça uma ideia muito difundida, sobretudo, na primeira década do século XX, a de “São Paulo como a locomotiva do país”. Tal ideia reverbera fortemente nas outras regiões, pois a economia do norte do país estava confrontada com algo decadente: a borracha.

O Nordeste, cuja economia sustentada na cana de açúcar também já não tão expressiva, configurava uma relação com o “passado”. Somada a isso, a representação do Nordeste foi vinculada às “sêcas”, contribuindo para reforçar uma imagem de nordeste “problema/enclave”. Esses tópicos sugerem uma leitura parcial das atividades dessas regiões como monocultoras implicando, por um lado, uma falta de dinamismo/dependência e, por outro, de unicidade na economia. O mesmo não poderíamos reportar à região sul, cuja agricultura e pecuária representavam certa pluralidade. Assim, estes temas eram: “Grandeza e decadência

² Termos incorporados ao discurso geográfico acadêmico posteriormente. Aqui evidenciam a forma como se organizava o programa da disciplina e já anunciam os modos pelos quais o território brasileiro deveria ser apreendido.

da Borracha”, “A cana de açúcar”, “As sêcas periódicas”, “O progresso de São Paulo”, “Agricultura e pecuária no Brasil Sul” (Anuário, 1939-1953). Essa forma de compreender o território brasileiro perdurou por décadas no ensino e, de certo modo, ainda compõe concepções aliadas ao senso comum, estereotipadas e dificilmente superadas: “o público é modelado pelos produtos que lhes são impostos” (Certeau, 1994: 206)

Não há como negar que no Brasil das décadas de 1940 e 1950, Minas Gerais e São Paulo impulsionavam grandes esforços a favor da sua industrialização. Dessa forma, Minas Gerais e Belo Horizonte aparecem relacionados aos rumos da economia nacional por seus nomes estarem vinculados às atividades industriais: “as cidades históricas e a renovação industrial”, “a siderurgia em Minas Gerais” e “Minas e o equilíbrio nacional” são tópicos presentes na organização curricular registrado no Anuário (1939-1953).

A ênfase na economia das regiões e na ideia do progresso revelava um aspecto da ideologia que organiza as regiões do país em hierarquias, ou seja, atribuindo posições distinto-preferenciais e não concorrenciais a elas.

Como distingue Therborn (1991), existem aquelas ideologias de “tipo posicional-histórico”, isto quer dizer, aquelas ideologias em que os seres humanos ocupam uma posição em um mundo social histórico. Para ele, “as posições podem ser distinguidas e relacionadas somente em termos de diferenças, de uma gradação hierárquica, ao longo de um único e contínuo grupo de critérios de complementariedade, competitividade e conflito social frontal” (Therborn, 1991: 22, tradução das autoras). Assim, conflitos declarados e latentes criados junto às determinações e contradições internas e externas aliaram-se no desejo dos brasileiros (ou pelo menos, de parcela da intelectualidade brasileira do período) de participar mais e melhor da divisão internacional do trabalho. Confirmava-se assim, a “existência” de um Brasil agrícola e de um Brasil industrial, que de algum modo, deveriam se unir rumo a alçar um lugar privilegiado no contexto internacional.

Outro exemplo de ideologia presente na estruturação da ementa e dos temas da disciplina é a necessidade de articular nacionalmente o território, destacando os “fatores geográficos da unidade nacional”, um cumprimento utilitarista da geografia produzida na FFMG e do que a descrição dava conta de realizar. Ao justificar essa nacionalidade pautada nos predicados do território brasileiro, a geografia promove aquelas ideologias que segundo Therborn (1991), são do tipo inclusivo-histórico. Elas incluem atributos presentes no mesmo território e compartilham da sua “herança” histórica, mas excluem aqueles que dele não fazem parte. Ou seja, “as ideologias de tipo inclusivo também são excludentes na medida em que definem o pertencimento a um mundo significativo e, a

partir dessas premissas, traçam linhas demarcatórias entre pertencimento e não pertencimento” (Therborn, 1991: 21, tradução das autoras). Estes limites se estabeleceram a partir dos traçados cartográficos das fronteiras do país e das suas regiões e províncias/estados, numa perspectiva restritiva de delimitação - mas que “homogeneizava para dentro, ao mesmo tempo em que diferenciava para fora” (Poulantzas, 1990). Assim, o potencial homogeneizador da ideologia nacional consubstanciava-se na sua “relativa autonomia, na absolutização do igualitarismo, na fetichização da comunidade nacional” (Almeida, 1995: 64-65)

Encorajar a construção de um país apenas na silhueta, e desconsiderar qualquer forma de contradição e/ou subordinação entre as províncias/estados, de certo modo justificava tanto a unidade nacional quanto das próprias regiões. Negligenciava-se ainda o exame da qualidade dos arranjos que se apresentavam e/ou seus conteúdos - portanto, colaborava-se para a construção de uma “ideia de Brasil uno e indiviso” cordial e harmonioso. Transpondo os tempos, e pensando na aprendizagem em geografias poderíamos parafrasear Tavares:

- Com estas ferramentas que problemas posso resolver?

[Esta é a pergunta tonta.]

- Com estes problemas que ferramentas preciso?

[Esta pergunta é melhor]

- Com estes problemas que ferramentas tenho de aprender a utilizar?

[Esta pergunta ainda é melhor: pressupõe vontade e um plano de ação]. (Tavares, 2006: 114)

Considerações finais

Therborn (1991) afirma que nem toda ideologia é ou pode funcionar como ciência, direito, arte e filosofia, mas estes domínios surgem como configurações ideológicas e podem funcionar como ideologias. A produção do discurso geográfico científico pode funcionar como ideologia posto que “determina” o que é o território (forma/conteúdo, contradições: antigo e novo, fora/dentro, áreas do Estado, áreas do mercado) e “elege” os elementos e as formas pelas quais estes irão compô-lo. Esse processo possibilita a construção de concepções dominantes em torno do Brasil, a exemplo da natureza pródiga; da imensidão territorial; certas concepções “perenes” acerca de determinadas regiões, a exemplo do vínculo entre nordeste e seca, atraso/dependência; e da perenidade das fronteiras “nacionais” - assim como reitera toda uma política de silêncio (Orlandi, 2007) em torno do “povo” e suas diferenças (étnicas, sexuais, raciais, religiosas) nessa formação social.

Assim, reconhecer a existência de uma relação entre ideologia e a produção do conhecimento geográfico na academia significa reafirmar que a produção do conhecimento é antes de tudo social, espacial, temporal e ideologicamente demarcada. É fundamental, em nosso entendimento, compreender as relações entre a construção de discursos em torno da “Geografia do Brasil” - seja enquanto disciplina acadêmica, seja em suas reverberações na geografia escolar ou em concepções que se cristalizam no senso comum -, na medida em que estes investem/revestem de significados o mundo social.

A geografia conquista a Terra, revelando-a minuciosamente.

Tabajara Pedroso (1950: 134)

Bibliografia

ALMEIDA, L.F.R. (2006) Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões. *Lutas sociais*, n. 17/18, São Paulo.

_____ (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.

BOURDIEU, P. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

_____ (1976). Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, Paris. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/38608001/O-Campo-Cientifico-Pierre-Bourdieu>>. Acesso em 04 de dezembro de 2017

BRASIL. (1939). Decreto-Lei 1.190 de 4 de abril de 1939 que dispõe da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 6/4/1939..

CARVALHO, N. R. de (2012). *Geographia do Brazil: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da Primeira República*. Dissertação (Geografia). UFMG. Belo Horizonte.

CARVALHO, J. M. (2005a). *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2005b). *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG.

_____ (2003). Nação Imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, A. (org). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. //

CASTRO, I. E. de. (2006). Do imaginário tropical à política. A resposta da geografia brasileira à história da maldição. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. vol. X, n. 218 (11), Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-11.htm>> Acesso em 03 de agosto de 2017.

- CERTEAU, M. de. (1994) *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- CHAUÍ, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo.
- _____ (1984). *Seminários*. São Paulo: Brasiliense.
- DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B. (2013). A polissemia em torno do vocábulo país/pays: entre escalas, estados e nações. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 33, n. 2, Goiânia, maio/ago.
- DEL GAUDIO, R. S.; BRAGA, R. B. (2007). A geografia, a educação e a construção da ideologia nacional. *Terra Livre*, Ano 23, v. 1, n. 28, Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/229/213>> Acesso em 04 de dezembro de 2017.
- DEL GAUDIO, R. S. (2006). *Concepções de nação e estado nacional dos docentes de Geografia: Belo Horizonte no final do segundo milênio*. Tese (Doutorado em Educação). UFMG. Belo Horizonte.
- FACULDADE DE FILOSOFIA DE MINAS GERAIS. (1939-1953) *Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais*.
- LESTEGÁS, F. R. (2002). Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. *Boletín de La A.G.E.*, 33. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1122458>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.
- LÖWY, M. (2002). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- MORAES, A. C. R. de (2002). *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec.
- _____ (2001). Bases da formação territorial brasileira. *Geografares*, n. 2, Vitória.
- _____ (1991). Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, vol. 04. n. 08, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, I. V. M. (2008). Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. *Revista Urutágua*, n. 15, Maringá.
- OLIVEIRA, L. L. (2000). *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG.
- ORLANDI, E. P. (2007). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- PEDROSO, T. (1966). A geografia no curso secundário. *Boletim Geográfico*. Ano XXV, n.194.

- _____ (1954) Ensaio sobre o possibilismo geográfico. *Revista Kriterion*, n.27, Belo Horizonte.
- _____ (1950). A geografia, o mestre e o discípulo. *Revista Kriterion*, n. 11, Belo Horizonte.
- POULANTZAS, N. (1990). *O estado o poder o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- ROCHA G. O. R. (1996). *A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1937-1942)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- ROMANELLI, O. (1978). *História da educação no Brasil: (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes.
- SILVA, E. Q. (2015). *Discurso acerca do trabalho presente nos livros didáticos de Geografia (1889-1945): educação, estado e ideologia*. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMG. Belo Horizonte.
- SILVA, J. B. (2012). *Bibliografia didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia.
- VLACH, V. R. F. (2014). Entre o ato de ensinar geografia e o enunciar a geopolítica. In: DEL GAUDIO, R.S.; PEREIRA, D. B. (orgs) *Geografias e Ideologias: submeter e qualificar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- _____ (1988). *A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) São Paulo: Universidade de São Paulo.
- TAVARES, G. M. (2006). *Breves notas sobre ciência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- THERBORN, G. (1991). *La ideología del poder y el poder de la ideología*. México, SigloVeintiuno Editores.